

8 Salvatore, Ricardo; «El Imperio de La Ley. Delito, Estado y Sociedad en la era Rosista», en: *Delito y Sociedad. Revista en Ciencias Sociales*, Buenos Aires, 3:4-5 (1993-1994). Ver también:

-Szuchman, Mark D.; «Disorder and Social Control in Buenos Aires, 1810:1860», en: *Journal of Interdisciplinary History*, XV:1 (summer 1984) 83-110

9 Un ejemplo de esto es el congreso realizado en Londres en mayo del '96 organizado por el Institute of Latin American Studies - University of London- denominado «The history of Justice in Nineteenth Century Latin America» donde expusieron entre otros:

- Arnold, Linda; *Privileged Justice. The Fuero Militar in Early National México (mimeo)*.

- Barreneche, Osvaldo; *Criminal Justice and State Formation in Early Nineteenth Century, Buenos Aires, Argentina (mimeo)*

- Halloway, Thomas; *From Justice of the Peace to Social War in Rio de Janeiro (mimeo)*.

- Zimmermann, Eduardo; *El Poder Judicial, la construcción del Estado, y el Federalismo: Argentina 1860:1880 (mimeo)*

10 ver entre otros:

- Zimmermann, Eduardo, A.; *Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina 1890:1916*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, Universidad de San Andrés, 1995

- Fausto, Boris, *Crime e Cotidiano, a criminalidade em Sao Paulo (1880-1924)*, Sao Paulo, Editorial Brasiliense, 1985.

Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: em busca de outras cidades⁽¹⁾

La comisión Coordinadora encargada de la edición del presente boletín cree pertinente mantener este trabajo en su idioma original por los mismos considerandos que nos expresó su autora: "Considerando que ya hace algún tiempo, las Cátedras de Historia de América en la Universidades Argentinas ya utilizan material bibliográfico en el referido idioma (Portugués) para sus estudios, no nos pareció inconveniente mantener mi texto en su versión original". Y en este sentido, merece ser destacado el taller de comprensión de textos historiográficos de Brasil en portugués, que se está proporcionando desde la Cátedra de Historia Americana III de la Universidad Nacional de Salta.

Hacia el Oeste, el Norte y el Sur se han desplegado - y son también la patria - las calles; ojalá en los versos que trazo estén estas banderas.
Fervor de Buenos Aires - Jorge Luis Borges

Nossa intenção é aprofundar o debate sobre a presença de diferentes territórios urbanos na cidade histórica. E, para isso, apontamos às cidades capitais nos estados nacionais que se consolidam no decorrer do século XIX.

A modernização destes centros urbanos está intrinsecamente relacionada com os conceitos de nação e de cidadania propostos por um certo setor hegemônico da sociedade. Privilegiar a perspectiva dos que não participaram do projeto político vencedor de de nação nos parece fundamental nos estudos de cidades históricas, especificamente nas cidades que se tornaram capitais nacionais, pensadas para serem modelos frente à da nação emergente.

O ponto de partida para este trabalho é o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX - quando a cidade era a Corte do Império, referência política e cultural para todo o Brasil. Convidamos nossos interlocutores a debater tal problemática no âmbito desta cidade, discutindo as possibilidades de uso de determinadas fontes

*Professora de História e mestre em Educação pela Univ. federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Participa da cátedra de História Americana III da Universidad Nacional de Salta trabalhando sobre os temas relacionados à História do Brasil (período imperial e republicano).

e partindo particularmente de alguns trabalhos literários que podem, pela liberdade de sua expressão, preencher lacunas ou completar idéias sobre grupos sociais que transitaram pela cidade nem sempre obedecendo à normativa imposta pela cidade política.

Trata-se também de aproveitar a oportunidade para divulgar no âmbito universitário argentino a história do Rio de Janeiro e do Brasil assim como dois autores referenciais da Literatura Brasileira, Machado de Assis e Aluisio de Azevedo.

Uma macro-escrita urbana

Considerar a cidade como fonte significa vê-la como base para um sistema social portador de um equilíbrio dinâmico articulador de conflitos.

Podemos trabalhar a cidade a partir do nascimento e crescimento de suas sociedades ou de analisar conflitos, nascimentos e mortes, jogos de poder, atividades comerciais, etc., mas também podemos e devemos resgatá-la como conjunto.

A partir desse questionamento pensamos na possibilidade de uma "arqueologia horizon-talizada" para resgatar artefactos urbanos e retirar o pó de objetos que de tão familiares aos cidadãos passam despercebidos.

O monumento se faz documento

É necessário vencer a impressão de objeto monumental que aparenta a cidade, para que o historiador melhor a veja como documento. A idéia de *corpus documental* permite tratar a cidade em conjunto, em sua vivacidade, uma fonte que em essência permanece dinâmica em sua interação de passado e presente, dando lugar a uma macro-escrita histórica.

Sem geral quando associamos estudos sobre cidades e de História, o senso comum nos faz recordar os monumentos da cidade.

O monumento não solicita análise. São marcas de uma memória de seleção particular de dados do passado. Uma tradição. É necessário transformar o monumento em documento e a ele juntar novos documentos que não foram necessariamente vistos até então como monumentos. Em síntese, considerar os diferentes registros que conformam o mosaico urbano. Para podermos ser mais coerentes na leitura a se realizar desde uma escrita histórica registrada no território urbano. Configurar um *corpus*

documental em que os limites de cada fonte em particular se atenuam no contraste com as outras.

Dessa forma é possível a superação da divisão convencional entre a cidade monumento e a cidade refúgio, instâncias extremas que se completam e se enfrentam. A cidade monumento esconde a cidade da pobreza, da desobediência, da sujeira.

Pretendemos aqui refletir sobre como "alinhar" croquis de cidades dentro da cidade a partir de tantas memórias urbanas, algumas possivelmente mantidas no esquecimento.

A reflexão de Foucault sobre arquivos nos auxilia no direcionamento que podemos dar ao tratamento deste corpus documental tão complexo como é a cidade. Para Foucault, os arquivos são indescritíveis em sua totalidade e incontornáveis em sua atualidade; se dão por fragmentos, regiões e níveis, ganhando clareza à medida que o tempo passa. A sedução do arquivo, no tratamento dado pelo autor, está na opção de não tratá-lo como monumento.

No arquivo fica a cidade que já passou, uma fração escondida na macro-escrita da cidade. Uma face do *corpus documental* urbano, já fora de uso. Discursos incorporados à memória urbana, nunca de todo revelados, solicitando novas leituras. Para nos aproximarmos a eles, o autor sugere um tratamento arqueológico:

Esse termo (arqueologia) não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo(2).

O arquivo e a cidade, diferentes e unos quanto à memória urbana, espacialmente próximos ainda que distanciados de nossa cotidiana experiência cidadina. Resistem, manipulados e transformados. Indicam movimentos humanos desde os acidentes e crimes até as festas e atos cívicos. São pistas no processo de uma análise histórica que se abre. Não se trata de retirar ou acentuar importância a estas escrituras oficiais apresentadas e conservadas sob uma certa áurea de legitimidade. O que se pode fazer é partir daí em busca de outras falas - alternativas e possivelmente contrárias. Só assim, podemos chegar a *cidades alternativas* no interior da cidade que se conforma para ser modelo e base de desenvolvimento de uma cidadania determinada e controlada.

Nas cidades alternativas está o outro, um "estrangeiro" a se estudar, constituindo grupos contrastantes ao que comumente apontamos como grupos de cidadãos. No

caso específico que desejamos estudar, podem estar como “estrangeiros” os analfabetos, os negros - escravos ou libertos, os índios, homens, mulheres e crianças pobres, os trabalhadores ou biscateiros, os vagabundos. Devemos confirmar essa desconfiança e discutir a partir de que perspectivas eles eram vistos pelo grupo dos cidadãos.

Sob o prisma das elites intelectuais que conformam o projeto político visando um *status* civilizatório e cuja proposta é legitimada como “competente” (3), a nação é um tudo por se fazer onde se inclui a educação e controle de uma massa de não cidadãos - estrangeiros, gente vista como incapaz de produzir um discurso apontando a outra proposta para o estado nacional emergente.

São contra-discursos a se buscar e se possível resgatar para uma resignificação dos conceitos de nação e de cidadania que nos permitiria transbordar conceitos políticos naturalizados em nossas mentes, estabilizados na ausência de questionamentos, homogêneos e acabados, não solicitando revisão.

De um lado temos a cidade política com suas festas, salões, cafés - lugar autorizado para que uma elite intelectual se expresse. Por outro lado, cidades a se descobrir, de idéias desarticuladas e distanciadas de um discurso do Conhecimento instituído como o apresentado na cidade política, mas um pronunciamento que pode ter algo a ser percebido, algo de instituinte.

Estudar movimentos políticos que transbordam o conceito de cidadania partindo das exclusões que o mesmo conceito cria, passando a considerar politicamente o não-cidadão, pode se parecer a uma certa desobediência e nos aparece uma possibilidade, também não desprovida de seu potencial de desobediência, começar a realizar tal façanha a partir de pistas dadas por alguns autores e algumas obras literárias.

As cidades, já faz tempo, tornaram-se um tema privilegiado por escritores. No entanto, devemos cuidar para não cair numa utilização ingênua de uma obra historicamente datada simplesmente como fornecedora de dados isolados, retirados do texto literário.

Isso não nos impede de reconhecer a importância do discurso estético conveniente trabalhado desde a postura de integrar obra e feitura. Não podemos esquecer que os escritores que nos permitem chegar, ainda que tangencialmente, a estes sujeitos políticos que consideramos capazes de formular projetos alternativos, foram intelectuais frequentadores da cidade política onde se manipulava o discurso da competência. Estavam entre os autorizados a elaborar o projeto para a nação.

Para refletir sobre o uso da literatura de fins de século XIX no Brasil com vistas a construir uma história urbana e por sua vez política que não mais parta do canonizado,

do legitimado, do tradicional, considerando potencialidades e limites, é que trazemos a expressão de dois escritores partícipes da sociedade carioca de então. São eles: Machado de Assis (1839-1908) e Aluísio de Azevedo (1875-1913). Dois escritores que encontraram na literatura a opção da liberação. É um passo inicial em nosso afã de realizar uma leitura menos comprometida com o pensamento tradicional que nos condicionou a aceitar, desde nossa educação cívica, o nacional como resultante da ação voluntária e redentora de um grupo de esclarecidos, únicos capazes de pensar no futuro da nação que nasce.

Machado de Assis: um olhar discreto sobre a sociedade imperial.

Machado de Assis é um analista da sociedade do Império Brasileiro (1822-1889), principalmente do II Reinado (1831 a 1889: Período Regencial e Dom Pedro II). Os bastidores da política, o cotidiano no interior das casas, a geografia da Corte e a constatação da existência de homens e mulheres livres e pobres que no ambiente da escravidão sobreviveram alternativamente ao sistema: esses são alguns pontos de reflexão, entre tantos, apoiados na obra machadiana. Cada vez mais é uma proposta de leitura social incorporando o discurso literário, como fonte em si, e não a busca pontual de dados situados dentro da obra.

Sua voz é cautelosa denunciando em entrelinhas o conservadorismo e a desigualdade cruel da elite brasileira de então. Desenvolve uma narrativa reticente onde os silêncios denunciam mais que as palavras.

O historiador Raimundo Faoro observa que a obra machadiana não podia ser compreendida na época de sua criação porque “entre a palavra e o ouvido há um auditório autoritário e preconceituoso”(4). A pertinência de sua literatura em nossos debates é porque nos ajuda a dialogar desde o presente procurando compreender a denúncia que aponta contradições e falências dos setores privilegiados da etapa imperial.

Outro público o lê, agora, compreendendo que está na fala mansa do autor o corte mais afiado da faca. E vê em seu discurso literário a descrição de um mundo chamado de “civilizado” que se pretende exemplar, mundo que esconde outras humanidades.

Aí está o ponto de inflexão entre a obra e uma história social do Império Brasileiro.

Uma sugestão é partir da construção dos “três mundos” elaborada por Rohloff de Mattos que aqui a relacionamos com a produção machadiana. Rohloff de Mattos

(1987) trabalha a sociedade imperial a partir dos mundos *do governo*, *do trabalho* e *da rua* (5).

No primeiro, *mundo do governo*, encontramos os cidadãos, donos de uma cidadania estabelecida pela propriedade. Através deles consolida-se um grupo no poder que, inspirado na ilustração europeia, objetiva constituir e consolidar a nação brasileira no cenário internacional. Tal grupo se autoproclama principal responsável pela missão civilizatória. O processo de construção da nova nação é interpretado como um projeto de civilização, ou seja, projeto de uma ação civilizatória que leva ao estado de *civilidade*. Este núcleo conservador encabeça a proposta política que vê na construção autoritária do Estado brasileiro a possibilidade de estar no cenário mundial como um *Império Agrícola*. Este é pensado para integrar as antigas regiões coloniais e o café se destaca como o principal produto que vai inserir o país no mercado externo. Aparece, então, uma associação entre *civilização* e *agricultura*.

O período imperial brasileiro é uma longa etapa de hegemonia conservadora sustentada pela associação entre propriedade e liberdade determinando privilégios. Uma minoria branca, que se autoconsidera como Povo -de cidadãos-, explora uma maioria absoluta formada de mestiços, índios, negros escravos e libertos. Os cidadãos formam o que eles mesmo consideram como "boa sociedade", únicos capazes de governar, elaborando um projeto social que almeja restaurar os monopólios herdados dos tempos coloniais para aumentar riquezas sem pensar em expandir o número de seus beneficiados.

Os *mundos* necessitam permanecer separados para se garantir a ordem. O mundo do governo, parte da "boa sociedade", protege-se das investidas da *plebe* permanecendo na reclusão do *mundo da casa*. Circulando entre salões está a Corte carioca, bem retratada por Machado de Assis, e que agora situamos como esse *mundo da casa*, extensão do *mundo do governo*.

Na casa se dá a primeira exclusão: a da mulher. A "rainha do lar" tem papel fundamental nessa extensão do *mundo do governo*, o que não lhe assegura participação política. Isso não impede que essa mulher que pertence a oligarquia - a sinhazinha - exerça em graus mínimos (em espaços e horários autorizados) o poder sustentado desde a ligação entre os três mundos. A Machado de Assis isso não passa despercebido. No conto *O Caso da Vara* está uma viúva que reserva sua doçura e discreta sensualidade para admiradores com mesmo *status* que o seu, mas à negrinha que ao fim do dia não terminou sua costura por tossir e por acompanhar curiosa as anedotas de sua ama, está esperando o castigo: dezenas de varadas. Sinhá Rita adequa sua feminilidade à função que lhe reserva o *mundo do governo*, ambiente predominantemente masculino. Dá sua contribuição à ordem, "educando" sua propriedade(6).

O ambiente da casa é ideal para que os comportamentos controladores da ordem sejam exercitados. Aí, dominadores e dominados interiorizam atribuições; uns de mandar, fiscalizar e exercer o monopólio da violência, outros fadados a obedecer e repetir movimentos sincronizados e observados.

Machado de Assis, *vivendo o momento*, é consciente da necessidade de tato no tratamento das questões sociais. Alterna-se à sua fala apurada, um silêncio denunciador de falsidades.

O autor em questão flagra a criança, a mulher, o agregado, o trabalhador livre e o escravo doméstico em momentos de pequenos enfrentamentos utilizando estratégias de sobrevivência perante o código social da época. O *governo da casa* solicitava a interiorização das relações de poder inscritas na ordem escravocrata, por dominadores e dominados (7).

Os privilégios da minoria -branca e proprietária- são patrocinados pelo *mundo do trabalho*, formado pelos escravos. A massa escrava é necessária na casa, no meio urbano, na lavoura. Situando-nos historicamente neste Segundo Reinado do Império Brasileiro, é válido recordar que depois da impactante revolta dos negros malês em Salvador (1835), cada escravo tornou-se um inimigo potencial: "medo branco de almas negras"(8).

Os políticos do Império buscaram padronizar as condutas desejadas para os escravos. O Código de Posturas de 1830 multava negociantes que permitissem escravos sentados nas portas das vendas, conversando ou jogando, e o Código de 1838 (posterior ao levante baiano e mais rigoroso que o de 1830) recomendava aos donos de tavernas evitar concentrações de mais de quatro escravos em seus estabelecimentos, além de proibi-los de transitar sem autorização dos donos depois das sete da tarde, sendo que em caso de se confirmar a não autorização, o escravo sofria oito dias de prisão(9). E o senhor é "castigado" com a perda de horas de trabalho no mesmo período.

Os mecanismos de controle da população escrava levam os escravos a desenvolverem estratégias de boicote à submissão e exploração, que vão desde a prática de suicídios e abortos até a organização de grupos que buscam a liberdade através da fuga ou do levante. Completam-se aí intentos mais espontâneos e individuais, relacionado ao que cada um pode fazer no plano imediato para burlar o controle do senhor ou do feitor, e outros, planejados e efetivados coletivamente.

Os mundos *da rua* e *do trabalho* às vezes se misturavam, preocupando os responsáveis pela "boa ordem" mas também se contrapõem. Em *Pai contra Mãe*, outro conto de Machado de Assis, os agentes de ambos mundos se confrontam e se acomodam a partir de interesses e necessidades. A sobrevivência de um caçador de escravos, em busca de algum dinheiro para garantir a criação do filho, e de uma

escrava fugitiva, futura mãe que não deseja para seu bebê a mesma vida que a sua, se contrastam no conto.

Sutilmente Machado de Assis critica a escravidão nesse conto, ao dizer:

(...) os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada...(10).

Sobre o ofício de caçador de escravos, o romancista percebe a cumplicidade circunstancial com o projeto da ordem, que se materializa em algum dinheiro ganho:

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo (...) Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem(11).

As ruas também eram ambiente de trabalho no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX com escravos transitando junto a homens e mulheres livres e pobres, ambos grupos conhecedores do território urbano - melhor seria dizer de um certo território urbano - escapando por mais ou menos tempo ao controle de donos ou dos responsáveis em manter a ordem. Machado de Assis os tem sempre presentes em seus folhetins.

Mas quais eram os escravos que saíam às ruas?

Escravos domésticos que se dirigiam às vendas para comprar algo para seus donos, "moleques de recado" auxiliando a comunicação entre "sinhazinhas" e seus namorados (observa-se novamente a trama de cumplicidade envolvendo os mundos), escravos fugidos que "escorregam" por caminhos alternativos no interior da cidade - alguns levando anos nessa clandestinidade e, principalmente, escravos de ganho.

Luis Carlos Soares (1988) em seu estudo sobre "escravos de ganho" na cidade do Rio de Janeiro amplia consideravelmente as modalidades de ganho de rua ao apontar à diversidade de funções: carregadores, artesãos, vendedores ambulantes, operários, marinheiros, pescadores, barbeiros, cirurgiões, mendigos e prostitutas (as duas últimas muito rendosas aos donos)(12).

Apesar da redução de escravos de ganho na cidade na segunda metade do século XIX - com o fim do tráfico intercontinental e a necessidade crescente de mão de obra nas lavouras de café paulistas -, o autor confirma a ação desse tipo de escravos até as vésperas da Abolição da Escravatura, em 1888.

O labor do escravo urbano não se restringe ao comércio. A manutenção da cidade é garantida por escravos carregadores de água, outros que cuidavam das águas servidas e da limpeza das ruas, etc. A necessidade do trabalho escravo na cidade era

proporcional ao orgulho do branco que, alimentando um preconceito contra qualquer esforço físico, necessita do braço escravo para carregar até um pequeno pacote. O pintor francês Debret, um viajante de olhar atento aos hábitos da corte carioca, observou:

... vimos um de nossos vizinhos no Rio de Janeiro voltar para casa, dignamente seguido por um negro, cujo o enorme cesto continha nesse momento um lápis de cera para lacrar e duas penas novas. Afinal, oculto suficientemente aos olhos dos passantes, ao chegar ao fundo do corredor, recebeu com dignidade suas compras importantes, mediante o pagamento de um vintém, módico salário do carregador(13).

Soares trabalha com censos, relatos de viajantes - como o do alemão Rugendas, cenas cotidianas registradas por pintores das quais se destacam as aquarelas e desenhos do citado Debret, e com os pedidos de licenças anuais dos donos dos escravos à Câmara Municipal entre 1851 e 1870, uma memória produzida pela cidade hoje arquivada.

As fontes podem levar a considerações não cogitadas pelos que as elaboraram. Por exemplo, os registros de práticas repressivas instauradas contra os frequentadores das ruas do Rio de Janeiro no período aqui trabalhado. Frente a esta parcela tão heterogênea aos nossos olhos, homogênea para os responsáveis da ordem, uma releitura dos documentos nos leva a outro discurso instalado no discurso oficial.

E principalmente nos discursos de natureza penal deve-se desocultar significações nas falas dos vigiados, depois presos e castigados. São - em diferentes graduações - os excluídos do projeto político do Império. Além dos que compõem o mundo do trabalho, aí estão homens e mulheres desobedientes à ordem imposta, ocupando outra cidade, justificando - aos olhos do mundo da ordem - práticas autoritárias. Que Machado de Assis soube perceber e apontar para nós.

Aluisio de Azevedo: Há vida no mundo da desordem.

"Malta" ou "plebe" diferenciados do "povo" formado por cidadãos. São homens e mulheres desconsiderados numa sociedade onde o trabalho era tido como sinônimo de escravidão. Incomodando a elite, sua presença significava uma contradição no projeto conciliador de liberdade com propriedade. Proprietários de seu corpo, o que os diferenciava dos escravos, esses homens e mulheres livres nem sempre queriam estar sob tutela e controle de um outro proprietário, o de terras, aquele que era considerado cidadão.

Indivíduos em busca de sua sobrevivência, ainda que senhores de sua liberdade, estavam descompromissados -de antemão, desde a perspectiva da elite- com a

construção da nação civilizada. O que esta nação - de cidadãos vestidos de casacas pretas imitando ao sério e barbudo imperador - lhes daria em troca? Muito pouco ou nada.

A significação de Nação e de Povo é importada do ideário da Revolução Francesa. Nenhum corpo ou indivíduo, fora desse conjunto, pode exercer tal autoridade(14). Em cores nacionais de cultura política o conceito político surgido em 1789 é utilizado, nesse momento, para excluir uma maioria absoluta da população.

Apontados como bárbaros, tanto quanto os que viviam no sertão, necessitavam ser civilizados, segundo essa elite política. O mundo da rua e o sertão são espaços do território nacional a serem dominados pelo *mundo do governo*, para o bem da nação.

Para melhor entender essa outra territorialidade resgatamos por momentos o romance *O Cortiço* de Aluizio de Azevedo, obra da literatura realista que mostra o problema racial e social dos moradores pobres do Rio de Janeiro na segunda metade do século passado.

No cortiço conviviam virtuosas mães de família e mulatas sensuais, soldados e ambulantes, homossexuais e virgens religiosas. O autor descreve o cortiço ao amanhecer como um animal vivo que acorda, com lavadeiras dirigindo-se aos tanques, crianças começando suas brincadeiras no quintal, a vendinha se enchendo de gente comprando a pequena quantidade do dia com o que lhe alcança as moedas e depois a chegada do padeiro, do vendedor de embutidos e do peixeiro. O olhar de Azevedo é simpático à cidade alternativa, ainda quando ela se mostra composta por uma brutalidade coletiva. Ao gosto do realismo, a sensualidade não é camuflada pelo estilo; é, ao contrário, realçada em cada ação cotidiana:

Dal a pouco, em volta das bicas era um zum-zum cescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres já precisavam prender as saias entre as coxas para não as molhar; via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pêlo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas das mãos. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas (15).

A história flagra, no centro político do país que está conformando suas tradições patrióticas em confortáveis salões, um território de liberdade, apesar das difíceis condições de sobrevivência dos moradores do cortiço. Neste âmbito não se exerce diretamente a violência que está autorizado o governo a exercer nas ruas ou os administradores da casa em seus limites privados. A obra de Azevedo sugere um croqui, onde os moradores e frequentadores transitam entre o quarto, o banheiro, a

área para lavar roupa e o rio de pedras, o pátio central onde se dão as rodas de samba que varam a noite e, ainda, a venda e outros pontos comerciais situados no outro lado da rua ou no quateirão. Como croqui, apresenta relativa precisão, mas a fronteira entre o cortiço e a rua não está mesmo para ser precisada. Vale destacar que toda a movimentação do cortiço é ressaltada na palavra do autor como vida. Vidas que conformam à vida do animal cortiço. Realmente uma obra para ser confrontada com outros tipos de fontes.

Durante todo o Império, e desde a época colonial, escravos e libertos se juntam aos livres, em uma brasilidade que vai aprender a conviver, entre afinidades e disputas, com os imigrantes que começam a chegar. No cortiço de Azevedo esta convivência entre os de diferentes origens é destacada. Portugueses pobres e mulatos alforriados se aproximam contra o dono da venda e do cortiço. Alterna-se, no cortiço e suas imediações, a convivência e o conflito.

A obra retrata as respostas dadas por homens, mulheres e crianças pobres ao *mundo do governo* e seu discurso disciplinador, integrando literariamente a memória urbana com uma perspectiva nem sempre presente no referido discurso elaborado por quem queria um Rio de Janeiro como modelo de cidade para todo o Brasil.

Para a jovem nação estavam sendo inventadas "tradições cívicas" por políticos mal situados entre um liberalismo brasileiro e um conservadorismo egoísta herdado da colônia.

Apoiando-nos no conceito "tradição inventada" de Hobsbawm, tradição entendida como um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar valores e normas de comportamento de maneira automática e que forcem uma relação com o passado que é artificial. Trata-se de um processo de ritualização que busca educar a sociedade quanto aos valores que devem ser considerados representativos dos interesses da nação. Hobsbawm e outros historiadores discutem seu surgimento no livro *A Invenção das Tradições* principalmente para as nações européias, quando toma-se signos do passado dando-lhes uma utilização sem sentido, inculcada na sociedade através de atos públicos, festas e da escolarização (16), chegando aos nossos dias como hábitos(17).

A análise das tradições inventadas também pode ser remetida para as nações americanas e suas complexas estruturas nos campos econômico e sócio-político. No caso do Brasil Imperial, também podemos falar da elaboração de símbolos e práticas nacionais que se desenvolve junto à consolidação do Estado Nacional.

A corte carioca se enfeitou de verde e amarelo para se mostrar junto ao imperador sério, culto e também autoritário. Mas entre os elegantes cafés e teatros e as vizinhanças do porto, entre os novos e afrancesados jardins do centro e os botequins de recém

ocupados morros circundantes (exceção é o Morro de Santa Tereza, presente na obra de Machado de Assis como referência de zona de moradia de muitos elegantes da Corte), havia uma distância social que, entre outros tantos fatores, notava-se na resistência à incorporação desses novos "hábitos nacionais", constantemente entendidos como civilizatórios e seguidos de repressão e pancadaria. Entretanto, nas rodas de samba das "cabeças de porco" - assim também eram chamados os cortiços - um outro Brasil se conformava, um país que solicita maior sensibilidade e preparo por parte de nós, historiadores.

Salta, março de 1997.

Geruza Queiroz Coutinho

Notas:

- (1) Artigo elaborado para integrar o informe de adscrição de 1996 para a Cátedra de História Americana III dirigida pela Profª Associada Eulalia Figueroa de Solá na Escola de História da Fac. de Humanidades - Universidad nacional de Salta.
- (2) Foucault, Michel. Arqueologia do Saber. Tradução ao português de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- (3) Chauí, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo, Cortes, 1988.
- (4) Faoro, Raimundo. Machado e a Política em: Jornal do Brasil. Caderno Idéias de 17/06/89, pp. 9-11.
- (5) Rohloff de Mattos, Ilmar. O Tempo Saquarema. São Paulo, HUCITEC, 1987 (especialmente o capítulo II).
- (6) Machado de Assis, Joaquim Maria. Obras Completas. Relíquias da Casa Velha. Volume I. Rio de Janeiro, W.M. Jackson editores, 1952.
- (7) Rohloff de Mattos, Ilmar. Obra citada, p. 119.
- (8) Chalhoub, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio em: Revista Brasileira de História, março de 1988, v.18/nº16. pp. 83-115.
- (9) Idem, p. 91.
- (10) Machado de Assis, J.M., obra citada, p. 10.
- (11) Idem, p. 11.
- (12) Soares, Luiz Carlos. Escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX em: Revista Brasileira de História, nº citado, pp. 107-142.
- (13) Resgatado por Soares, idem, p. 119.
- (14) Morfaux, Louis-Marie. Dicionário de Ciências Humanas. Tradução ao castelhano de Juan Carlos Garcia Borrón. Barcelona, Grialjo, 1987.
- (15) Azevedo, Aluisio de. Obras Completa. O Cortiço. Rio de Janeiro, F. Briguet & Cia, 1943.
- (16) Destacamos o papel da educação no projeto de construção da nação. Para civilizar era necessário instruir, de preferência educando à obediência os mais pobres. Mas a instrução para a civilização era também marcada pela separação já que havia conteúdos distintos para ensinar aos filhos das famílias abastadas e à criança pobre. Uns necessitavam apenas de erudição para seguir sua trajetória no mundo do governo e outros deviam ir à escola para serem "domesticados", como as crianças do cortiço de Aluisio de Azevedo. Além disso, havia também a exclusão de crianças escravas, africanas libertas ou livres - "o negro é coisa, excluído do processo de humanização" desde pequeno, e ainda portadores de moléstias contagiosas. Para levar avante tal projeto era necessário formar professores; data de 1835 a primeira Escola Normal do Império, em Niterói - província do Rio de Janeiro, para receber "cidadãos brasileiros" maiores de dezoito anos, "preferentemente" do sexo masculino (até a década de 60), de boa formação moral e que saibam ler e escrever. Esse conjunto de exigências significava que proprietários ou seus filhos é que iriam à Escola Normal. Lobato, Denise. O Tempo Saquarema e a educação. Trabalho de fim de curso para a disciplina História da Educação Brasileira no Mestrado em Educação da UFF. Mimeo, 1992.
- (17) Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence. A invenção das Tradições. Tradução ao português de celina Cardim Cavalcante. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

LA INICIATIVA PRIVADA COMO ALTERNATIVA PARA LA INTEGRACIÓN REGIONAL: SALTA Y EL G.E.I.C.O.S¹

UNIVERSIDAD NACIONAL DE
SALTA

FACULTAD DE HUMANIDADES

ESCUELA DE HISTORIA

CÁTEDRA: HISTORIA
AMERICANA III

Eulalia Figueroa Solá
Prof. Asociada

Norma Vallejos
Auxiliar 1° Cat.

Oscar H. Vargas
Prof. Adscr.

Olga N. Rodríguez
Gustavo Parrón
Alumnos Adscr.

Este primer trabajo pretende aportar información sobre una institución privada, surgida en el norte argentino, en busca de la integración de Latinoamérica.

Corrían los años setenta, cuando un grupo de empresarios de la Provincia de Salta se propuso aunar esfuerzos para salir de la marginación económica y comercial en la que se encontraba inmerso. Un sector de actores económicos de Salta se autoconvocó para *en el marco de las políticas de nuestros respectivos países, formular un proyecto de integración* recordaba Roberto Briones(1), uno de los pioneros de este emprendimiento.

Comprendieron que esa situación de aislamiento no solo afectaba a las provincias del Norte Argentino, sino también a las zonas limítrofes de Bolivia, Chile y Paraguay.

En esa década, la orientación política en toda América Latina se caracterizaba por mantener fronteras nacionales cerradas. Las relaciones entre los países latinoamericanos estaban condicionadas por la convicción de conflictos a desatarse, en forma inmediata, entre ellos.

A su vez, en cada país los Estados dirigían la economía subsidiando las

¹ Agradecemos a la Lic. Regina Cutuk y Ana Lorenzo, encargada de prensa de la Cámara de Comercio Exterior de Salta, por su tiempo, informaciones y material que aportaron.